

Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância: investir na promoção do desenvolvimento integral e integrado

Eduardo Marino¹

Resumo

A primeira infância, período que vai da gestação até os 6 anos de idade, pode ser considerada o alicerce de todo o ciclo da vida dos indivíduos e de suas ações na sociedade. Nessa fase, o envolvimento e a participação da família e sua rede de apoio, bem como o fortalecimento das políticas públicas que organizam serviços de suporte às necessidades das famílias e das crianças, são essenciais. Nessa perspectiva, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal firmou um convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP), que instituiu a criação do Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância – SPPI, o qual atua e se estrutura em quatro eixos principais: Governança; Formação; Mobilização da sociedade; e Avaliação, todos vinculados à promoção do Desenvolvimento Infantil desde a gestação até os 3 anos de vida. Destaca-se que investir em iniciativas como o São Paulo pela Primeiríssima Infância, que buscam fortalecer e promover políticas públicas em prol do Desenvolvimento Infantil Integral e Integrado, é de extrema relevância às crianças, famílias e sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Primeiríssima Infância; Políticas Públicas

A primeira infância, período que vai da gestação até os seis anos de idade, pode ser considerada o alicerce de todo o ciclo da vida dos indivíduos e de suas ações na sociedade. É nela que temos as primeiras experiências sensoriais, as primeiras relações afetivas com familiares e/ou cuidadores. Nesse período, vamos reconhecendo o mundo e suas dinâmicas, num processo contínuo de vivências. O brincar, por exemplo, prepara para cada novo passo dado ante o desconhecido

É nesse momento que a personalidade vai se estruturando e será a base de todo desenvolvimento futuro, repercutindo em diversas questões, como no modo como iremos nos colocar nas relações afetivas estabelecidas futuramente, na autoestima, bem como no mundo do trabalho.

O crescimento físico, o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado e a iniciação social afetiva começam a partir das experiências nessa fase da vida. A realidade em que as crianças estão inseridas nesse período impactará diretamente no seu desenvolvimento, de forma positiva ou negativa, dependendo das interações. Portanto, para um bom desenvolvimento a criança precisa de um ambiente acolhedor, harmonioso e rico em estímulos positivos desde o período pré-natal e durante toda a infância. Nessa fase, o envolvimento e a participação da família e sua rede de apoio, bem como o fortalecimento das políticas públicas que organizam serviços de suporte às necessidades das famílias e das crianças, são essenciais.

Estudos mostram que quando as condições para o desenvolvimento durante a primeira

¹ Eduardo Marino (eduardo@fmcsv.org.br) é Diretor de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

infância, especialmente do nascimento aos três primeiros anos de vida, são boas, as crianças terão mais possibilidades para alcançar o melhor de seu potencial. Com isso, elas têm maiores chances de se tornarem um adulto mais equilibrado, produtivo e realizado.

Da mesma forma, a falta de cuidados na primeira infância e a ausência de políticas públicas dirigidas para a área contribuem para o aumento de doenças crônicas, atrasam o desenvolvimento das capacidades e amplificam a desigualdade. Assim, o investimento na primeira infância é efetivo tanto para a redução de gastos públicos, como para promover equidade social e prosperidade para todos.

Programa Primeiríssima Infância surgiu com atuação intersetorial

A partir desse olhar, que destaca a importância dessa etapa do desenvolvimento e reconhece os impactos para a sociedade, os gestores públicos passaram a dar maior atenção para o investimento em programas que possam favorecer a promoção de um desenvolvimento infantil saudável, integral e integrado.

Nessa direção, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal elegeu, em 2007, a causa da primeira infância como prioridade, direcionando seus esforços, especificamente, para o “Desenvolvimento da primeira infância” e, considerando estudos e evidências que ressaltam a importância dos três primeiros anos de vida de uma criança.

Formou-se, então, um comitê de especialistas de diversas áreas do conhecimento para elaborar conteúdos sobre o desenvolvimento infantil que pudessem trazer embasamento teórico e prático para subsidiar a construção de estratégias e projetos a serem implementados.

Como continuidade desse processo, a partir da perspectiva fundamentada na missão da

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que é “desenvolver a criança para desenvolver a sociedade”, deu-se início, em 2009, ao programa *Primeiríssima Infância*. Tratava-se de uma parceria entre a Fundação e seis municípios paulistas: Botucatu, São Carlos, Penápolis, Itupeva, Votuporanga e São José do Rio Pardo.

Como premissa, o *Primeiríssima Infância* sustentava uma proposta de trabalho fundamentada na intersetorialidade, na qual a integração entre as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social são primordiais. Essa ideia de intersetorialidade parte do princípio que a criança é responsabilidade de todos, uma vez que ela mesma é parte de uma família, utiliza os serviços de saúde, é cuidada e educada na creche e tem em sua comunidade um Centro de Referência da Assistência Social-CRAS. Ou seja, diferentes áreas e serviços são responsáveis pela mesma criança e suas respectivas famílias.

Entre os objetivos norteadores do *Programa Primeiríssima Infância* estavam:

- Contribuir para a atenção integral desde a gestação, passando pelo parto e nascimento, até os 3 anos de vida das crianças;
- Capacitar os profissionais para a qualificação de práticas de cuidado vinculadas ao desenvolvimento infantil;
- Fortalecer as governanças locais para a construção de políticas públicas de primeira infância;
- Identificar evidências sobre boas práticas de promoção ao desenvolvimento infantil pelos municípios;
- Disseminar o conhecimento acumulado na experiência do programa para a aplicação em escala do modelo.

Parceria com o Governo do Estado de São Paulo

Como continuidade desse processo, em 2011, o município de Itupeva, em reunião mensal do Departamento Regional de Saúde-DRS, compartilhou a experiência do *Primeiríssima Infância* com o Colegiado de Municípios da Regional de Saúde de Jundiaí. A ação mobilizou gestores públicos dos municípios da região e despertou o interesse de muitos em aderir ao programa. A partir de então, pensou-se em uma estratégia que contou com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde para desenvolver o programa em uma perspectiva mais regionalizada.

Em 2012, portanto, teve início o programa *Primeiríssima Infância* no colegiado de nove municípios da regional de Jundiaí, por meio da assinatura de cartas de intenções dos prefeitos. Participaram dessa etapa a Secretaria de Estado da Saúde, organizações não governamentais - ONG, locais responsáveis pela gestão dos recursos do Programa, e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Essa iniciativa regionalizada resultou em excelentes frutos no que tange às práticas de desenvolvimento infantil da região. Os dados quantitativos e qualitativos foram avaliados com base em indicadores de desenvolvimento infantil.

Considerando os impactos do programa até então e com o objetivo de ampliar esse alcance, em 13 de dezembro de 2012 a Fundação firmou o Convênio nº 150/2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Esse convênio instituiu a criação do *Programa de Desenvolvimento Infantil*, que passa a ser intitulado *Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância - SPPI*. Essa nova etapa do programa envolveu 41 municípios do Estado pertencentes a cinco Colegiados de Gestão Regional de Saúde, sendo elas: Jundiaí, São Carlos, Votuporanga, Apiaí e Litoral Norte.

Os envolvidos nessa parceria apresentam responsabilidades distintas e existem também algumas contrapartidas. A SES designou um articulador da Atenção Básica para cada uma das regiões para apoiar o SPPI, bem como deu suporte a oficinas de capacitação (*que serão descritas nas próximas páginas*). A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal comprometeu-se a transferir experiências do programa com outros municípios, além de participar de reuniões mensais da gestão do SPPI e apoiar os eixos de avaliação, mobilização da sociedade e governança. Aos municípios, coube a composição de um comitê gestor regional e a designação de um articulador local.

Eixos do Programa SPPI

O SPPI atua e estrutura-se em quatro eixos principais: Governança; Formação; Mobilização da sociedade; e Avaliação. Eles estão conectados e o bom desenvolvimento de cada uma dessas dimensões corrobora para o sucesso e sustentabilidade do programa.

O primeiro eixo, **Governança**, está relacionado à estrutura de gestão do programa. Como premissa tem-se a intersetorialidade, que nesse caso destaca a participação e envolvimento dos setores da saúde, educação e assistência social na gestão. O envolvimento dos profissionais dessas três áreas e o comprometimento de seus respectivos gestores é de extrema importância para o bom desenvolvimento do SPPI nos municípios e região. Ou seja, é fundamental que todos estejam comprometidos com a causa da primeiríssima infância.

No modelo de governança do SPPI existem dois comitês gestores que coordenam o programa: um municipal, composto por representantes dos três setores, e um regional. Cada município tem uma figura de gestão e liderança, chamado de articulador local. Além dele, conta-se com a

contribuição de um articulador regional, com o suporte do articulador regional da Atenção Básica da SES e de um representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal que, em conjunto, compõe o comitê regional. Essas instâncias gestoras devem coordenar e supervisionar as ações do programa.

O eixo de **Formação** relaciona-se à realização de capacitações profissionais. Por meio de formações intersetoriais, nas quais profissionais dos três setores mais envolvidos com o SPPI participam, são abordadas temáticas de desenvolvimento infantil. Compõem as formações os seguintes temas: pré-natal ampliado, puericultura, parto humanizado, grupos de famílias grávidas, espaços lúdicos e educação infantil.

Além de trazer conhecimentos, as formações buscam sensibilizar os profissionais das diferentes áreas sobre formas diferenciadas de contribuir com a qualidade do atendimento. Um exemplo dessa dinâmica é a formação de puericultura que, ainda que pareça estar mais relacionada aos cuidados com a saúde das crianças, numa perspectiva de integralidade está associada também à educação e assistência social. Nas creches, por exemplo, os profissionais podem passar a acompanhar a caderneta de vacinação das crianças no momento da matrícula ou na reunião de pais.

Tais formações têm ainda como objetivo, para além da aquisição de conhecimentos técnicos, favorecer a ampliação do olhar dos profissionais que atuam junto às gestantes e crianças de 0 a 3 anos sobre a importância do vínculo e da humanização no cuidado com esses públicos. Espera-se também que profissionais mais preparados possam fortalecer as famílias sobre um cuidado diferenciado com seus bebês e crianças.

No eixo **Mobilização da Sociedade**, ações de visibilidade da primeiríssima infância são pensadas para ressaltar a importância do envolvimento

de toda a sociedade no cuidado com as nossas crianças. Uma boa prática que já se tornou exemplo de tais ações é a *Semana do Bebê*, que busca sensibilizar todo o município, por meio de ações educativas, lúdicas e criativas, sobre a importância da promoção do desenvolvimento infantil.

O último eixo, essencial para o aperfeiçoamento das políticas públicas, é **Avaliação**. Ele resalta a importância de qualificação das práticas que são desenvolvidas pelo programa. Estruturalmente, a avaliação divide-se em dois momentos: o primeiro, intitulado “linha de base”, quando, de modo participativo e democrático, são avaliados 44 indicadores de desenvolvimento infantil. Esse processo permite aos municípios ter uma ideia da sua realidade, com as potencialidades e fragilidades identificadas no contexto municipal.

A participação de acompanhante na hora do parto, o envolvimento do pai na puericultura e pré-natal e a criação de espaços lúdicos compõem essa gama de indicadores avaliados. Importante destacar que as capacitações oferecidas pelo SPPI buscam também preencher possíveis lacunas identificadas nessa etapa de avaliação, revelando-se como estratégias de superação e transformação da realidade nos municípios. Do mesmo modo, eles recebem, após a linha de base, a tarefa de desenvolver planos de ação nos quais são trabalhadas estratégias para enfrentamento dos indicadores mais críticos identificados.

Um bom exemplo de estratégia de superação, comum a diversos municípios, foi o resgate à lei que ressalta o direito da gestante a um acompanhante na hora do parto. Diversos municípios retomaram essa lei e fizeram acordos com as equipes das maternidades para fazer valer esse direito.

O segundo momento desse eixo está relacionado à avaliação de resultados. Durante os três anos de SPPI, os mesmos 44 indicadores

foram revisitados e avaliados por profissionais e usuários dos serviços, com o objetivo de identificar avanços, impactos, transformações e necessidades de mudança na realidade dos municípios.

Nova fase e expansão do Programa

Além dos eixos norteadores e das ações vinculadas a eles, diferentes atividades são realizadas no SPPI, tais como oficinas de apoio técnico com temáticas específicas que podem contribuir com o andamento do programa. Um exemplo é o aprofundamento sobre trabalhos intersetoriais e em rede. Outra atividade, à qual a presente publicação está majoritariamente relacionada, é o mapeamento de práticas do SPPI, que identificou ações de transformação e impacto vinculadas ao desenvolvimento infantil nas cinco regionais em que o SPPI foi implementado.

Novas ações da SES estão fazendo o programa ganhar mais força dentro do Estado. A avaliação participativa com os indicadores desenvolvidos pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal será aplicada em mais 59 municípios das regiões prioritárias do Estado que ainda não tiveram o SPPI implementado, como o Vale do Ribeira, Itapeva, Vale do Jurumirim e Região Metropolitana de Campinas. Espera-se que esse diagnóstico mobilize diversas ações estratégicas, podendo ser utilizado na criação de planos de ações, nas priorizações de demandas, nas formações de profissionais da rede pública e no incentivo a ações intersetoriais. Além disso, a SES iniciará uma capacitação para profissionais das

Diretorias Regionais das Secretarias Estaduais de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação, sobre a implementação de Programas para o Desenvolvimento Infantil.

Ainda dentre as novidades do SPPI destaca-se a realização de um Curso de Especialização em Promoção do Desenvolvimento Infantil, realizado em parceria com a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEUSP. A primeira turma, prevista para o início de 2019, terá cerca de 35 vagas dirigidas a profissionais técnicos e gestores. Do mesmo modo, foi lançada a Linha de Cuidado da Saúde da Criança, que no presente momento encontra-se disponível virtualmente para os municípios (<http://bit.ly/linha-de-cuidado>) e, em breve, será publicada de forma impressa.

Para concluir, retoma-se a relevância de iniciativas como o *São Paulo pela Primeiríssima Infância*, que buscam fortalecer e promover políticas públicas em prol do Desenvolvimento Infantil Integral e Integrado.

Nos orgulhamos dos avanços e inúmeras conquistas que o programa tem alcançado em diferentes regiões de São Paulo. Iniciativas como essa trarão benefícios não somente para as famílias e profissionais diretamente envolvidos, mas à sociedade como um todo. Investir na primeiríssima infância é plantar sementes, aguardar e adubar o solo, para que no futuro tenhamos uma colheita diferenciada, a qual resultará em uma sociedade com mais equidade, com sujeitos mais saudáveis, produtivos e socialmente responsáveis.